

PERTENCIMENTO ÉTNICO E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO HOMEM QUILOMBOLA: DIANTE DA PATERNIDADE NA COMUNIDADE DE BARRA DO BRUMADO RIO DE CONTAS BAHIA

Antonio Marcos Silva

Graduado em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia, Mestrando Programa de Pós-Graduação em
Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Raquel Souza

Dr.^a em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Atualmente é colaboradora da Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia e pesquisadora da Universidade de São Paulo.

Resumo

Este artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado, na qual busco entender o processo de construção da identidade a partir do pertencimento étnico do homem quilombola diante da paternidade e novos desafios das famílias após a titulação e certificação das terras do Quilombo de Barra do Brumado, em Rio de Contas, Bahia.

Palavras-chave: Etnicidade. Identidade. Comunidade Quilombola. Paternidade.

Introdução

Detentoras de um patrimônio histórico e cultural secular, as famílias remanescentes da comunidade de Barra do Brumado preservam por meio de práticas culturais, trazidas por seus ancestrais africanos que lhes conferem um modo de vida fundado no compartilhamento coletivo da terra herdada de seus antepassados, no qual cada família possui uma faixa de terra, condição que evidencia a participação de cada membro na comunidade, a maneira pela qual eles diferenciam e os identificam enquanto família quilombola. Portanto, são também percebidos como aqueles que são unidos por laços de convivência e coletividade e adotam a terra como centralidade de suas lutas, em decorrência do processo de exclusão, marginalidade e preconceito.

As discussões sobre o processo de construção identitária das comunidades negras e o sentimento de pertença à comunidade não diz respeito apenas a uma realidade física, mas também histórica, proveniente de relações estabelecidas no interior das comunidades, autodenominadas quilombolas. Nesse sentido, somente a caracterização identitária das comunidades quilombolas contemporâneas na esfera social e política não assegura uma

inserção harmoniosa dessas comunidades na sociedade; sua afirmação se dá por meio de enfrentamentos políticos que prezam por mudanças de caráter comunitário, econômico e jurídico (HALL, 2006; p. 11).

Portanto, compreende-se que as transformações no modo de viver e a maneira com que essas comunidades lidam com as mudanças também é pensar a questão da identidade social do grupo e a realidade na qual estão inseridos em decorrência do reconhecimento e titulação de suas terras, por parte de instâncias governamentais. Diante de distintas realidades sociais, para entender as questões da paternidade e suas mudanças no contexto da comunidade quilombola, é necessário compreender o cotidiano dessas famílias, a maneira pela qual os indivíduos compreendem e são compreendidos dentro e fora da família, para que assim se possa entender a influência da família sobre os indivíduos e, por fim, como a sociedade englobante exerce influência sobre a família quilombola. Esse ponto já fora estabelecido por Barth, quando ele fala em sua reflexão quanto à natureza dos grupos étnicos, sobre a manutenção das fronteiras étnicas, das transformações e das práticas culturais, nos quais um grupo pode adotar os traços culturais de um outro e continuar a ser percebido e a perceber-se como grupo distinto. Dessa forma um grupo étnico pode modificar ou substituir sua cultura sem perder sua identidade (BARTH, 2000).

Quando se discute sobre a família quilombola, é importante destacar que, a partir da compreensão dos elementos etnicidade, preconceito e racismo, pode-se partir para reflexões sobre como são construídas e transformadas as relações nas famílias quilombolas, considerando suas características e a convivência na comunidade. Observam-se fatores que influenciam na dinâmica das famílias como: uma maior participação de indivíduos do sexo feminino nas atividades domésticas e em relação aos cuidados com os filhos, o nível de renda das famílias, ligados ao trabalho com a terra, aposentadoria dos mais velhos, também do auxílio dos programas sociais do governo federal (bolsa família), e a composição multifamiliar. Portanto, é um desafio buscar pensamentos sobre os conceitos de família, traçar um diálogo para experiência de vida dos homens quilombolas. Isso é enriquecedor e, ao mesmo tempo, contempla certa expectativa quanto a determinados temas, para além da violência ou/e racismo, que circundam a experiência de vida dos homens negros. É uma oportunidade também para tratar daqueles temas do cotidiano das famílias, especificamente, das famílias negras (OLIVEIRA, 2009).

Diante desse contexto comunitário, no qual as mulheres e homens compartilham igualmente a liderança na chefia de suas famílias, compreender a relação de poder e de gênero, como se expressa a paternidade nesse contexto em que a afetividade é um elemento

importante para a compreensão das concepções envolvidas, é parte importante desta dissertação de mestrado. Antes, entretanto, é importante construir reflexões sobre elementos de contextos, fundamentais, para compreensão da família quilombola.

O pertencimento étnico

O conceito de etnicidade, como definido pela antropologia, faz referência à reprodução social de diferenças classificatórias entre categorias autodefendidas de pessoas e grupos na interação social, e que envolve a comunicação entre elas e a diversidade cultural, relação de poder e processos de controle.

Segundo (Barth, 1998), a etnicidade está no contexto da identidade de um determinado grupo. Dessa forma, nos grupos étnicos e em suas fronteiras não existem diferenças biológicas, porém, de ordem objetiva se abstratas, por se materializarem em uma dada diferença que leve seres humanos a se constituírem em grupos étnicos diferentes. Portanto, os grupos se definem e se distinguem por sinais ou traços diacríticos, como por exemplo, a vestimenta ou tipo de cabelo, a cor da pele para afirmarem sua diferença em relação a outros grupos, ou até mesmo um conjunto de práticas socioculturais que os diferenciam de algum modo. Dessa forma, a existência do grupo étnico está ligada a fronteiras criadas e mantidas por essas relações que fogem ao modelo cultural reificado como definidor dele.

Para Boas(2010), o mundo social tem uma especificidade própria, diferente das ordens naturais e reivindica uma separação absoluta entre a raça no sentido biológico e a cultura. Dessa forma, conseguiu demonstrar que o biológico não tem quase influência nenhuma sobre o desenvolvimento das culturas humanas.

Entretanto, a etnicidade está associada ao modo de vida, a maneira em que esses sujeitos interagem dentro e fora da comunidade a qual pertencem. Desse modo, permitem por meio da análise desse grupo observar as diferenças, durante a pesquisa de campo, na construção do território comum e das fronteiras étnicas dos quilombolas, como uma característica que faz diferença, isto é, as especificidades culturais desse grupo, aos olhos de quem está de fora dele, mas, imperceptível para aqueles que fazem parte da comunidade, por estarem familiarizados com seu modo de viver dentro do grupo. Dessa forma, a cultura pode ser repensada como uma referência na qual surgem os grupos étnicos. Portanto, a etnicidade se define nas fronteiras, por meio das diferenças de um grupo, em que os traços culturais podem se modificar, todavia, a etnicidade continua a mesma, sendo percebida por meio dos sinais diacríticos das fronteiras(BARTH, 1998).

A formação da identidade quilombola

Nessa dimensão social, em função das relações de discriminação e exclusão, as identidades podem ser deformadas e depreciadas, causando danos e prejuízos aos indivíduos e grupos segregados. O conceito de identidade descentrada e fragmentada possibilita que o fenômeno identidade seja entendido como interativo, construído e reconstruído no interior dos símbolos e das representações de cada nação. Os discursos são formulados e ganham sentido: presentes nas histórias pessoais e coletivas, bem como na memória, relacionando passado e presente, além das representações produzidas e por meio das quais as pessoas se identificam e formam identidades (HALL, 2006).

Os critérios para discussão deste tema foram tomados como base a sua interação com as outras comunidades quilombolas e os demais povoados e distritos do município, suscitando o interesse em discutir e analisar o processo de construção da identidade dessa comunidade, prezando pelas experiências de seus residentes, tomando como base a pesquisa bibliográfica de resumos, análises e interpretação de livros, teses e artigos, apoiada, principalmente, pelos trabalhos de Capinan (2009), Cardoso (20014), como também a teorias da etnicidade: Poutignat e Streiff-Fenart (1998), escolhidos como fonte para a descrição e interpretação do processo de constituição de grupos étnicos e suas implicações na formação da população brasileira.

A discussão em torno da etnicidade é importante para a compreensão do mundo atual. Estudos recentes sobre o tema buscam conhecer o processo pelo qual as diferenças culturais são codificadas e passam a determinar a categoria étnica, com base na forma que os indivíduos constroem fronteiras étnicas e defendem as identidades por eles criadas, baseados em um tipo de solidariedade específica. Entretanto, a partir da década de 1960, Fredrick Barth passa a considerar que a identidade étnica é construída, transformada com base nas interações de grupos sociais, no limite das relações e por meio de processos que incluem e excluem os indivíduos. Os processos pelos quais os grupos étnicos se formam, a partir das interações e diferenciações de suas fronteiras. Desse modo, os grupos étnicos não são entidades socioculturais estáveis, fechadas e concretas, mas estabelecem contato cultural, garantindo uma contínua mobilidade das pessoas. As diferenças étnicas existem em decorrência dos limites entre os grupos.

Nessa perspectiva, o sentido de identidade étnica relaciona-se à ideia de fronteira, entendida como traços que podem ser mudados, aspectos culturais que se transformam, estabelecendo a dicotomia entre membros de um grupo ou não membro. Para tanto, as

fronteiras étnicas são mantidas e construídas por meio da representação dos jogos de interesse que se conflitam, quando um conjunto ilimitado de traços culturais entra em disputa na interação social. Explica ainda que a identidade étnica pressupõe o conflito entre o individual e o coletivo e não se firma como essencialista (BARTH, 1998).

O conceito de identidade referenciada como uma categoria analítica, situando-a como uma identidade relacional de caráter político a partir das perspectivas de autores como Hall (2006; 2011), Barth(1997), dentre outros, no diálogo sobre os grupos étnicos e suas fronteiras. No entanto, o estudo de autores como Capinan(2009), Cardoso(2014),apresenta uma perspectiva do pertencimento étnico e a formação das identidades após a certificação.

A constituição do pertencimento étnico na construção das identidades dos homens quilombolas que participaram deste estudo, ao se nomearem e serem nomeados como tal, proporciona o entendimento de que ser um quilombola não significa possuir uma cultura quilombola, mas sim, em algum momento, o indivíduo vai dizer: “Essa é minha identidade étnica, este é o grupo ao qual pertença”. Podem-se observar alguns trechos das entrevistas em que os homens falam sobre o seu pertencimento étnico enquanto quilombola.

A nossa comunidade é de origem negra, mais as vezes vai até se misturando um pouco (Gonçalo).

Eu me sinto bem de ser negro e também num tem o que falar se o outro é branco não, eu me sinto feliz de ser negro e nada contra quem é branco e também gosto de mim que sou negro [...] ser quilombola não quer dizer que você é inferior a ninguém me sentir normal entendeu! Tipo meu nome. Num levei aquele choque, pra mim é normal e nos qui somos respeitados graças a Deus e pode ter sentido diferente sim por isso (Julho).

Se o cara nasceu aqui ele já nasceu quilombola (Arnaldo).

Analisando alguns trechos das entrevistas, procura-se compreender como se apresentam as relações, neste exemplo, os homens expressam seu pertencimento étnico ao relatarem que não se sentem inferiores a outras pessoas de fora do grupo. Nesse sentido, ser negro quilombola depende da forma pelo qual os homens estão vivenciando as representações dentro e fora do grupo, principalmente, no modo como essas representações são compreendidas, uma intercessão cada vez maior entre esferas de poder, saberes e significados locais, como os sujeitos veem a si mesmos e são vistos pelos outros, cultivam suas identidades enquanto homens quilombola.

No entanto, como sugere (Hall, 2003), as identidades estão sujeitas ao contínuo jogo da história, da cultura e do poder. Tais conceitos “os outros” não têm em si um significado fixo e imutável, mas são marcadores sociais que fazem parte do processo de construção das diferenças e das identidades culturais.

Portanto, pode-se observar que o entendimento sobre pertencimento étnico e identidades tem se tornado uma questão importante nos últimos anos no Brasil, principalmente por meio de grupos que se organizam e reivindicam o reconhecimento de seus territórios. No caso da comunidade quilombola de Barra do Brumado, as pessoas se reconhecem enquanto quilombolas há pouco tempo, esse conceito “quilombola” foi introduzido a partir do reconhecimento e titulação de suas terras em 1999, pela Fundação Cultural Palmares. Dessa forma, a noção de etnia está relacionada à produção de critérios de pertencimento étnico e de construção de fronteiras que classificam aqueles que pertencem a determinados grupos sociais, seguindo processos de exclusão e inclusão que permitem definir os limites entre os considerados de dentro e os de fora (BARTH, 1998).

Entretanto, o pertencimento étnico se expressa por meio dos símbolos identitários que são os marcadores de diferença do grupo, nos quais a etnicidade emana da origem comum que gera vários traços culturais, formando assim uma identidade vivenciada como real em determinado momento, pois com o passar do tempo novos traços culturais vão sendo absorvidos e estes passam a fazer parte dessa identidade tornando-se a herança cultural da comunidade. Portanto, concordo com Poutignat e Streiffenart (1998 p.38), que a pertença étnica determina um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintas e de oposições de estilos de vida.

Dessa forma, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, na luta para formar as diferentes identidades, neste caso, as identidades dos homens estão ligadas às concepções de masculinidades e qual maneira estas são representadas na comunidade e na família. Entretanto, o pertencimento étnico está atrelado a essas identidades. Os homens tendem a construir referências para expressar as paternidades nas vivências das masculinidades que são construídas e desconstruídas há várias gerações. Observa-se também um marcador social que surgiu durante as entrevistas, a cor da pele. Refere um dos entrevistados ao relatar as dificuldades em arrumar emprego na cidade de São Paulo em razão de sua cor da pele.

O negro não trabalhava numa agência bancária pramode a cor né não trabalhava num escritório por que pramode a cor é nom trabalhava hoje em dia é qui ficou mais é isso aí se oçê tem a capacidade oçê tem o direito mais existia isso aí o negro num trabalhava em outro ambiente não trabalhava não pro que né até em São Paulo mesmo eu já conheci lá já pedia no jornal já até podia até a cor até no jornal colocava se você fosse tinha cor é como é que fala aí se não fosse nem adiantava oçê ir lá já pedia até no jornal né existia, hoje em dia já vem quebrando mais essas coisa aí vai mudando (Gonçalo).

Um fator relevante que emergiu durante a pesquisa foi o “preconceito de cor”, segundo Nogueira (1998), esse tipo de atitude estabelece o privilégio da cor branca, com maiores probabilidades de ascender socialmente. Um preconceito mais assimilacionista e que cria dificuldade para percepção do racismo e dificulta a criação de uma identidade negra, cujo histórico de discriminação e preconceito sofrido pela população afrodescendente durante séculos no Brasil deixou cicatrizes que refletem na condição socioeconômica da população negra, conseqüentemente, a formação das identidades dos homens quilombola diante da paternidade ao enfrentar as dificuldades no mercado de trabalho. Desse modo, a cor do indivíduo é um obstáculo que inviabiliza possibilidades, mas acima de tudo, o movimento de valorização sobre esse tema, como afirma Oracy Nogueira:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito (NOGUEIRA, p. 292, 2006).

Conclusão

O objetivo aqui não foi inventariar expressões da etnicidade no contexto quilombola ou construir uma análise histórica do conceito “eticidade”, mas sim de apresentar uma problemática para entender a concepção de etnicidade, que está além da definição de culturas específicas e, portanto, é composta de mecanismos de diferenciação e identificação que são acionados conforme os interesses dos indivíduos de determinado grupo. Dessa forma, o pertencimento étnico e a relação de gênero estão implicados na construção das masculinidades e paternidades dos homens quilombolas que participaram desta pesquisa na comunidade Barra do Brumado.

Este artigo procurou abordar a questão do preconceito de cor diante da questão identitária do homem quilombola, pautada nas informações sobre a comunidade e as experiências mais profundas dos seus atores sociais. No entanto, a identidade étnica quilombola não existia antes do rótulo jurídico de quilombo remanescente, as pessoas se reconheciam como moradoras de uma comunidade negra. Desse modo, as pesquisas realizadas na comunidade não só certificam a sua existência, como igualmente descrevem acontecimentos e representações acerca desta, que revelam que ela era definida na relação de alteridade dos nós com o outro, como uma identidade negativa e, portanto, renunciada pelos

nós. As pessoas reelaboram sua identidade social, buscando adaptar-se em outras esferas de atuação de seus membros, em suas representações sociais.

Portanto, a identidade de homem negro passou a dividir espaço, na elaboração positiva da identidade social, com a identidade étnica e política de homem negro quilombola. Após as políticas públicas de *reconhecimento* e *redistribuição*, a identidade étnica, antes rotulada nas relações cotidianas com a sociedade envolvente, foi positivada pelo reconhecimento do Governo Federal, portanto, por um nível fora das relações locais.

Nesse sentido, ser quilombola não é ter sido escravizado, mas pela experiência compartilhada entre o grupo e sua trajetória vivida. Desse modo, a comunidade negra de Barra do Brumado teve sua existência esquecida por um Estado de direito desigual, bem como por outras esferas de poder que submeteram a comunidade a uma condição de inferiorização.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução John Cunha Comerfor. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Comunidades Quilombolas Direito à Terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares: Editora Abaré, 2002. 120 p.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Trad. Celso de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.

CAPINAN, Ubiraneila; CARDEL, Lídia. Identidade e globalização, “reconhecimento” ou “redistribuição”? O caso das comunidades negras rurais remanescentes de quilombo na Bahia. **Revista Angolana de Sociologia – RAS**, Angola, Pedagogo, n. 3, p. 127-144, jun. 2009.

CARDOSO, Cássia Eugênia Reis Silva. **O processo de construção identitária da Comunidade Quilombola da Barra – Rio de Contas –Bahia**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: < <http://www2.uesb.br/ppg/ppgcel/wp-content/uploads/2017/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-em-Letras-UESB-Turma-2012-C%C3%A1ssia-Eug%C3%A2nia-Reis-Silva-Cardoso.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

SILVA, A. R. Fenômeno quilombola: a constituição da identidade cultural negra. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, maio 2010. Disponível em:<
http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Fenomeno_quilombola.pdf>.